

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 17 de setembro de 2025 • Nº 2139 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Desemprego cai para menor taxa desde 2012

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em julho ficou em 5,6%, a menor da série histórica iniciada em 2012. No trimestre móvel anterior, a taxa era de 5,8%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE. O país tinha no fim de julho 6,118 milhões de pessoas desocupadas, o menor contingente desde o último trimestre de 2013 (6,1 milhões). O número de ocupados atingiu o recorde de 102,4 milhões. O trimestre foi marcado também pelo recorde no número de trabalhadores com carteira assinada, 39,1 milhões. Com esses dados, o nível de ocupação — percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar — manteve o percentual recorde de 58,8%. **PÁGINA 2**

NOVOS DEUSES

Câmara aprova PEC que blinda deputados de processos

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a proposta de emenda à Constituição que ganhou o nome de PEC da Blindagem por dificultar a responsabilização de parlamentares. O texto exige autorização prévia do Congresso para que o Supremo Tribunal Federal (STF) processe criminalmente deputados e senadores. A PEC ainda prevê que Câmara ou Senado Federal podem barrar esses processos em votação secreta. A votação secreta também se estende ao aval de uma das Casas no caso da prisão de um congressista. Foram 353 votos sim e 134 não. Eram necessários 308 votos para aprovação. A maioria da oposição votou a favor da proposta. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou sua bancada para votar como quiser e no PT 12 deputados apoiaram a PEC. A Constituição diz que parlamentares só podem ser presos em caso de crime inafiançável. São crimes inafiançáveis no Brasil racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos (homicídio qualificado, latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro, estupro de vulnerável, feminicídio e epidemia com resultado morte), e a ação de grupos armados contra a ordem constitucional. Agora, deputados votam mais uma vez o texto em segundo turno. Após isso, a matéria vai para o Senado. A PEC foi pra votação após uma troca na relatoria. O anterior relator, Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), era contrário a algumas das propostas apresentadas pelo Centrão. No lugar entrou Cláudio Cajado (PP-BA).

GENOCÍDIO

Desnutrição infantil em Gaza atinge novo recorde

PÁGINA 6

BLOCOS

Livre comércio: Mercosul assina acordo com 4 países da Europa

TANIA REGO/ABRASIL



À espera da aprovação de um acordo de livre comércio com os 27 países da União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) avança em outras parcerias para ampliar o comércio com o Velho Continente. O grupo assinou, ontem, um tratado com quatro países europeus de fora da UE: Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Essas quatro nações formam um bloco chamado Associação Europeia de Livre Comércio (Efta). A

parceria multilateral cria um mercado de 290 milhões de consumidores em economias que somam um Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos) de US\$ 4,39 trilhões, o equivalente a mais de R\$ 23 trilhões em 2024. A negociação se iniciou em 2017 e, depois de 14 rodadas, teve os termos finais acertados em junho de 2025, em Buenos Aires, quando a Argentina ocupava à presidência rotativa do Mercosul. **PÁGINA 3**

FORAGIDO NOS EUA

PEDRO FRANÇA/AGENCIA SENADO



Para salvar mandato, PL põe Eduardo para liderar Minoria

O PL oficializou, ontem, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) como o novo líder da Minoria na Câmara dos Deputados. O bloco faz oposição à base de apoio ao governo. A deputada Caroline de Toni (PL-SC), que era titular deste posto, renunciou em favor do filho do ex-presidente, assumindo como primeira vice-líder. Na prática, ela continuará representando a bancada nas votações em plenário diante da ausência de Eduardo. A manobra tem o objetivo de evitar que Eduardo Bolsonaro, que chegou a se licenciar do mandato entre março e julho deste ano, para morar nos Estados Unidos, onde vive desde então, seja cassado por faltas em sessões deliberativas. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 0,36% / 144.061,74 / 515,16 / Volume: 21.603.740.822 / Negócios: 3.233.929										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.412,00		GP-M		-1,65% (jun.)		EURO turismo									
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		%		Ufir-RJ		R\$ 4,5373		IPCA-15		0,26% (jun.)		Compra: 6,3698		Venda: 6,5498					
Preço		% Oscil.		Preço		% Oscil.		Preço		% Oscil.		Dow Jones		45.757,9 -0,27%		Taxa Selic		(20/08)		15%		CDI		(20/08)		14,90%		DÓLAR Ptax - BC			
GOL Linhas Aereas SA		6,56 -2,38%		-0,16		Alfa Holdings SA Pfd B		4,76 +14,70%		+0,61		Trevisa Investimentos SA Pfd3,70		-11,90%		-0,50		NASDAQ Composite		22.333,959 -0,07%		TR		(15/09)		0,1740%		0,21%			
Eneva S.A.		15,92 +0,44%		+0,07		Alfa Holdings SA Pfd A		8,00 +12,68%		+0,90		Monteiro Aranha S.A.		111,00 -7,48%		-8,97		Nasdaq 100		24.274,249 -0,08%		BM&F/grama/RJ		R\$ 634,87		5,2974		5,2980			
Cosan S.A.		7,73 +2,25%		+0,17		Paranapanema S.A.		1,65 +10,00%		+0,15		Westwing Comercio Varej SA4,900		-6,31%		-0,330		Euronext 100		1.619,78 -0,88%		Poupança		(15/09)		0,6749%		5,3297		5,5097	
Cogna Educacao S.A.		3,08 +0,98%		+0,03		Americanas SA		7,42 +8,64%		+0,59		Sequoia Logistica e T SA		1,490 -6,29%		-0,100		CAC 40		7.818,22 -1,00%		EURO Comercial		Compra: 6,2824		Venda: 6,2830		5,3297		5,5097	
Ambev SA		12,71 +0,63%		+0,08		Mangels Industrial SA		6,18 +8,04%		+0,46		PDG Realty SA		0,15 -6,25%		-0,01															

EFTA

Livre comércio: Mercosul assina acordo com 4 países da Europa

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

À espera da aprovação de um acordo de livre comércio com os 27 países da União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) avança em outras parcerias para ampliar o comércio com o Velho Continente. O grupo assinou, ontem, um tratado com quatro países europeus de fora da UE: Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Essas quatro nações formam um bloco chamado Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês). A parceria multilateral cria um mercado de 290 milhões de consumidores em economias que somam um Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos) de US\$ 4,39 trilhões, o equivalente a mais de R\$ 23 trilhões em 2024.

A negociação se iniciou em 2017 e, depois de 14 rodadas, teve os termos finais acertados em junho de 2025, em Buenos Aires, quando a Argentina ocupava à presidência rotativa do Mercosul.

A cerimônia de assinatura do acordo Mercosul-Efta foi no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil é o presidente pro tempore do grupo, que reúne como estados partes a Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela (atualmente suspensa) e como estados associados Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Peru e Suriname.

MULTILATERALISMO

O evento, que reuniu ministros e diplomatas dos associados, foi marcado pela defesa da integração entre nações pelo mundo, justamente em um momento em que políticas protecionistas definidas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, têm ameaçado o comércio global, com a imposição de tarifas sobre produtos que entram nos EUA.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, classificou o acordo como um "grande e importante" passo.

"Em um mundo de incerteza, nós estamos dando uma prova de que é possível fortalecer o multilateralismo e o livre comércio. O comércio aproxima os povos, e o desenvolvimento promove a paz", discursou.

Para ele, há avanços sociais, como geração de emprego, de renda, de oportunidades; econômicos, como complementaridade econômica, integração

produtiva, inovação, fortalecimento de cadeias produtivas; e ambientais.

TARIFAÇÃO

Ao fim do evento, ao ser questionado por jornalistas sobre o tariffação, Alckmin respondeu que o empenho e a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva são de "diálogo e negociação".

Ele, inclusive, comemorou a decisão dos Estados Unidos, do último dia 5, de retirar a celulose da lista de produtos tarifados.

LIVRE COMÉRCIO

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, lembrou que as negociações com a Efta foram marcadas por "persistência e espírito de cooperação". E fez coro à defesa da integração entre os países.

"Damos um sinal claro de que, mesmo em um mundo marcado por tensões comerciais e pelo aumento do protecionismo, seguimos defensores do comércio internacional fundado em regras como instrumento para elevar o crescimento econômico e a prosperidade de nossos povos", afirmou.

Ao lado da Índia, o Brasil é o mais afetado pela taxaçaõ americana, que chega a 50% em grande parte dos produtos que vendemos para os americanos. Para a União Europeia vale a taxa de 15%. Quanto mais tarifas, mais difícil é para países venderem itens para os americanos.

Já no livre comércio, a diminuição ou extinção de tarifas incentiva as trocas entre os parceiros, sem barreiras comerciais.

A ministra de Comércio e Indústria da Noruega, Cecile Myrseth, destacou o acordo em um "mundo marcado por incertezas".

"O acordo envia uma mensagem clara de que acreditamos na cooperação e no poder do comércio para levar ao progresso", declarou.

O ministro da Cultura, Inovação e Ensino Superior da Islândia, Logi Már Einarsson, também fez referência ao cenário de incerteza e afirmou que "acredita no comércio baseado em regras".

MERCOSUL-EFTA

Os quatro países da Efta reúnem população de 15 milhões de pessoas e PIB de US\$ 1,4 trilhão. Em termos de PIB per capita, Liechtenstein é considerado o segundo país mais rico do mundo, na faixa de US\$ 186 mil; a Suíça, o quarto com US\$ 104,5 mil; a Islândia, o sexto com US\$ 87,2 mil; e a Noruega, o sétimo,

com US\$ 86,6 mil.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, uma vez implementado o acordo, a Efta eliminará 100% das tarifas de importação dos setores industrial e pesqueiro, dando aos produtos do Mercosul mais competitivos nos novos mercados.

Com relação aos produtos agrícolas, por exemplo, serão abertas oportunidades comerciais para carnes bovina, de aves e suína, milho, farelo de soja, melaço de cana, mel, café torrado, álcool etílico, fumo não manufaturado, arroz, frutas (bananas, melões, uvas), e sucos de frutas (laranja, maçã), dentre outros.

Por ser uma parceria bidirecional, o Mercosul também ficará mais aberto às vendas da Efta. Mas há ferramentas para que os países tenham defesa comercial.

"O acordo Mercosul-Efta concilia ampliação do acesso a mercados com a manutenção da capacidade do Estado de agir em setores sensíveis, prevendo, inclusive, a possibilidade de uso estratégico das compras governamentais como ferramenta de política pública de desenvolvimento", ressaltou Vieira.

Além de comércio, o tratado abrange áreas como investimentos, direitos de propriedade intelectual, compras públicas, defesa comercial, medidas sanitárias e fitossanitárias, entre outras.

Há abordagens ambientais, como a que só beneficia prestadores de serviços digitais se a matriz elétrica de seu país utilizar ao menos 67% de energia limpa.

"Trata-se de compromisso inovador na área de sustentabilidade", ressaltou Mauro Vieira.

"Assinar este acordo às vésperas da COP30 [Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas] de Belém, é um exemplo de que é possível e desejável integrar as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento sustentável em nossa prática comercial", completou.

PRÓXIMOS PASSOS

O acordo assinado não passa a valer imediatamente. Antes é preciso finalizar os trâmites de internacionalização, que envolvem etapas como tradução do documento oficial e processos internos. No caso do Brasil, por exemplo, é preciso ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Em nota conjunta, os ministérios das Relações Exteriores; da Agricultura e Pecuária; e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sinalizaram

que o Brasil caminha para outras negociações comerciais.

"O Brasil está empenhado em concluir proximamente as negociações com os Emirados Árabes Unidos, em retomar as negociações com o Canadá e expandir os acordos existentes com México e Índia, entre outras frentes negociadoras", informa a nota.

Os ministérios lembram que, em 2023, foi assinado um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Singapura.

UNIÃO EUROPEIA

Tanto o vice-presidente Alckmin e o ministro Vieira manifestaram esperança de que um acordo de livre comércio com a UE seja assinado ainda este ano.

"Excelentes perspectivas", definiu Vieira.

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a UE é esperado há cerca de 25 anos. Os termos da parceria multilateral foram firmados em dezembro do ano passado. Mas para se tornar efetivo, precisa ainda ser aprovado no Parlamento europeu. No dia 3 de setembro, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, enviou o texto para apreciação do Parlamento. A Comissão Europeia é o braço executivo da UE.

De acordo com o governo brasileiro, o acordo criará um mercado de mais de 700 milhões de pessoas e corresponderá a 26% da economia global.

Para ser aprovado, os termos precisam de maioria qualificada entre os governos da UE, ou seja, 15 dos 27 integrantes que representam 65% da população do bloco europeu.

DEFENSORES E OPOSITORES

Países europeus defensores da aprovação, como Alemanha e Espanha, acreditam que o acordo, além de abrir mercados para produtos europeus como carros, máquinas e produtos químicos, oferece uma maneira de compensar a perda de comércio causada pelas tarifas impostas por Donald Trump, e de reduzir a dependência da China, principalmente em relação a minerais essenciais.

Mas a França tem se posicionado de maneira contrária ao acerto com o Mercosul. O maior produtor de carne bovina da UE classificou o acordo como "inaceitável", dizendo que não leva em consideração exigências ambientais na produção agrícola e industrial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebate, afirmando que a França é protecionista sobre seus interesses agrícolas.

Após reunião com Lula, 99 anuncia R\$ 2 bilhões para delivery

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu segunda-feira passada com executivos da empresa 99, dona de aplicativo de transporte de mesmo nome.

A empresa anunciou investimento de R\$ 2 bilhões na 99Food, delivery de comida, até junho de 2026.

A meta é oferecer o serviço em 15 cidades até o fim deste ano e em mais 20 cidades, até janeiro de 2026. Atualmente, as operações estão restritas a Goiânia e São Paulo.

O fundador e CEO da DiDi, Will Cheng, destacou que "esse investimento adicional reforça o papel central do Brasil na estratégia global da DiDi (proprietária chinesa do aplicativo 99)".

"Poucos mercados combinam escala, inovação e opor-

tunidade como o brasileiro. Estamos confiantes de que a 99Food pode se tornar uma plataforma capaz de transformar a experiência de delivery. Ao dobrar nosso compromisso, não estamos apenas investindo em crescimento, mas em construir um ecossistema mais justo e inclusivo para milhões de brasileiros", afirmou.

De acordo com o diretor-geral da 99 no Brasil, Simeng Wang, parte do investimento, equivalente a R\$ 50 milhões, será usado para criação de pontos de apoio aos entregadores, com local de descanso, banheiro e oferta de água.

O pacote da empresa ainda prevê R\$ 6 bilhões de acesso a benefícios aos entregadores do Brasil, como crédito para compra e aluguel de motos e bicicletas elétricas.

Investimento

Big techs dos EUA prometem US\$ 40 bi para o Reino Unido

Grandes empresas de tecnologia americanas anunciaram que vão investir mais de US\$ 40 bilhões para expandir a infraestrutura de inteligência artificial (IA) no Reino Unido, um impulso para a nação que recebeu hoje o presidente dos EUA, Donald Trump, para uma visita de estado.

A Microsoft anunciou ontem que investirá US\$ 30 bilhões em infraestrutura de IA e operações existentes no Reino Unido até 2028, seu maior compromisso financeiro no país. A promessa vem horas depois de a unidade Alphabet, do Google, anunciar que gastará cerca de US\$ 6,8 bilhões em IA, pesquisa e desenvolvimento e engenharia relacionada no Reino Unido nos próximos dois anos.

Enquanto isso, Nvidia, Ope-

nAI e a empresa britânica Nscale estão se unindo para estabelecer infraestrutura de IA para satisfazer as necessidades de energia da OpenAI no Grã-Bretanha. Batizado de Stargate U.K., o projeto deverá aproveitar dezenas de milhares de unidades de processamento gráfico Grace Blackwell Ultra da Nvidia.

Entre outros investimentos, a empresa de computação em nuvem de IA CoreWeave planeja gastar 1,5 bilhão de libras (US\$ 2,04 bilhões) em capacidade e operações de data centers no Reino Unido. A Salesforce anunciou um investimento adicional de US\$ 2 bilhões em seus negócios no país até 2030, enquanto a BlackRock está investindo 500 milhões de libras em data centers.

China

Trump estende até dezembro o prazo para venda do TikTok

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou ontem, um decreto que estende até 16 de dezembro de 2025 a aplicação da lei que restringe aplicativos controlados por grupos estrangeiros, o que prorroga o prazo para a venda do TikTok até a data.

Segundo a ordem executiva, durante esse período o Departamento de Justiça (DoJ), na sigla em inglês) não aplicará quaisquer penalidades contra empresas que mantenham, atualizem ou distribuam tais aplicativos.

O decreto também determina o envio de cartas a provedores de aplicativos confirmando

que "não houve violação da lei e que não há responsabilidades" para condutas ocorridas até a data do documento.

O texto ressalta ainda que qualquer tentativa de aplicação da lei por Estados ou por partes privadas seria "uma invasão dos poderes do Executivo". A Casa Branca justificou a medida citando "interesses de segurança nacional em jogo".

Mais cedo, Trump anunciou que um acordo sobre o TikTok foi firmado com a China, e que um grupo de "grandes empresas" está interessado em adquirir as operações americanas da rede social. O republicano, porém, não mencionou quais são essas companhias.

COLATINA

Aneel aprova alta tarifária média de 16,83% no ES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem, o reajuste tarifário anual da Empresa Luz e Força Santa Maria (ELFSM), com alta média de 16,83% para os consumidores locais. A concessão é sediada na cidade de Colatina (ES) e atende aproximadamente 128 mil unidades consumidoras. As novas tarifas de aplicação têm vigência a partir de 22 de setembro.

Na divisão por grupos de consumidores, o efeito médio a ser percebido será de 22,48% para os consumidores conectados em alta tensão e de 15,97% para aqueles conectados em baixa tensão. Para o resultado tarifário foi considerado o aumento de custos com encargos setoriais e transmissão de energia, por exemplo.

TARIFAÇÃO

Indústria de madeira demite 4 mil e coloca 5,5 mil em férias

MÁRCIA DE CHIARA/AE

Um mês e uma semana após a entrada em vigor do tariffação de 50% imposto por Donald Trump sobre produtos brasileiros, fabricantes de molduras, itens de marcenaria e madeira processada - que têm no mercado americano seu principal destino - já registraram 4 mil demissões, colocaram 5,5 mil funcionários em férias coletivas e suspenderam temporariamente o contrato de 1,1 mil trabalhadores, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci).

O setor emprega diretamente 180 mil pessoas no País e a maior parte dos fabricantes afetados pela sobretaxa está nos Estados do Sul, Paraná e Santa Catarina, sobretudo em pequenos municípios. Caso o tariffação continue, a entidade prevê mais 4,5 mil de-

missões nos próximos 60 dias.

Segundo a Abimci, os cortes no emprego refletem a retração nas exportações de madeira industrializada para os EUA. Após o anúncio do tariffação em julho, diz a entidade, os contratos e os embarques começaram a ser cancelados. Também houve queda no fechamento de novos contratos.

EXPORTAÇÕES DESPENCAM

O resultado do tariffação é que as exportações de alguns dos principais produtos de madeira processada para os Estados Unidos em agosto despencaram. Caíram entre 35% e 50% na comparação com julho, informa a entidade. Paulo Pupo, superintendente da Abimci, diz que a entidade foi inúmeras vezes a Brasília para participar de reuniões como ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, que sempre demonstrou boa von-

tade, mas não houve ação efetiva para reverter a situação.

Puppo diz que o setor espera que tratativas ocorram em regime de urgência, porque é função do governo federal estar à frente nas negociações das tarifas, uma vez que é muito difícil o setor fazer inclusões nas ordens executivas. "É de responsabilidade do governo federal o avançar (nas negociações) para estacar o grande número de demissões que estamos tendo."

No ano passado, os Estados Unidos importaram US\$ 1,6 bilhão de madeira industrializada. Nesse grupo existem produtos para finalidades diferentes na construção civil, como compensado laminado, moldura muito usada nas casas americanas, madeira serrada para cerca, pellets, portas e pisos, por exemplo. Os EUA concentram, em média, 50% das compras da produção nacional.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ nº. 33.342.023/0001-33, torna público que recebeu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo no. EIS-PRO-2025/01053, a renovação da Licença Municipal de Instalação – EIS-LMI-2025/00040, com validade de 48 meses para Construção de Edificação Comercial destinada a Clube Recreativo, situada na Rua B do PAA 10.315/PAL 39.025, nº 201, Jacarepaguá, Município do Rio de Janeiro, em substituição a licença LMI Nº 001627/2016.

CÂMARA

PL põe Eduardo Bolsonaro como ‘líder da Minoria’

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O PL oficializou, ontem, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) como o novo líder da Minoria na Câmara dos Deputados. O bloco faz oposição à base de apoio ao governo. A deputada Caroline de Toni (PL-SC), que era titular deste posto, renunciou em favor do filho do ex-presidente, assumindo como primeira vice-líder. Na prática, ela continuará representando a bancada nas votações em plenário diante da ausência de Eduardo.

A manobra tem o objetivo de evitar que Eduardo Bolsonaro, que chegou a se licenciar do mandato entre março e julho deste ano, para morar nos Estados Unidos, onde vive desde então, seja cassado por faltas em sessões deliberativas. Ele não registra presença em votações da Casa há mais de dois meses e poderia perder o mandato de forma automática a partir do

ano que vem.

Eduardo Bolsonaro é o principal responsável pela articulação de sanções do governo de Donald Trump contra o Brasil, em vigor desde agosto. A iniciativa busca reverter o resultado do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que condenou seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, a mais de 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e outros três delitos.

Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), a decisão foi adotada com base em uma permissão em vigor desde 2015, a partir de decisão da Mesa Diretora da Câmara, que isenta integrantes da direção e líderes partidários de justificar ausência e registro de presença em painel eletrônico de votações.

"Desde 5 março de 2015, esse ato da Mesa está valendo. E valendo deste ato da Mesa que a

deputada Carol de Toni faz este singelo ato [normativo] ao nosso guerreiro, deputado Eduardo Bolsonaro, que é sabido de todos, está exilado nos Estados Unidos para lutar contra injustiças contra sua família", afirmou Cavalcante em coletiva de imprensa ao lado de outros líderes da legenda, no Salão Verde da Câmara. A nomeação de Eduardo, segundo ele, já foi encaminhada ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A exceção de faltas para líderes partidários mencionada por Sóstenes Cavalcante consta em resolução assinada pelo então presidente da Câmara dos Deputados em 2015, Eduardo Cunha (MDB-RJ).

"Estamos protegendo sim o Eduardo Bolsonaro naquilo que estiver a nosso alcance, porque ele está exercendo o seu mandato, só está à distância por uma vontade que não é dele", admitiu a deputada Carol de Toni, após renunciar ao posto em fa-

vor do correligionário.

REAÇÃO

Do lado governista, a reação contra a manobra em favor de Eduardo Bolsonaro já está sendo preparada. De acordo com o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), a "medida é um absurdo" e deve ensejar ações no Plenário da Câmara, na própria Mesa Diretora e até no Judiciário.

Na semana passada, o líder da bancada petista já havia feito uma representação criminal no STF em que pede a prisão preventiva do deputado Eduardo Bolsonaro, além do bloqueio imediato de salários e verbas parlamentares pagos irregularmente ao parlamentar que se encontra há meses ausente do país. O fundamento é justamente o lobby de Eduardo em favor das sanções norte-americanas sobre exportações brasileiras para fazer pressão contra o julgamento do pai.

GOVERNADOR GOLPISTA

Moraes pede parecer da PGR sobre pedido para investigar Tarcísio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre um pedido de abertura de investigação contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

O pedido foi protocolado na Corte pelo deputado federal Rui Falcão (PT-SP).

O parlamentar pediu que o governador seja investigado pelo crime de obstrução de Justiça por ter ido para Brasi-

lia, na semana passada, durante o julgamento da trama golpista, para articular a votação da anistia no Congresso para beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, um dos réus condenados.

O deputado ainda solicitou a apuração sobre os gastos com viagens para realização das reuniões pró-anistia, a proibição de Tarcísio deixar o país, suspensão do passaporte, proibição de contato com investigados na trama golpista, incluindo Bolsonaro, além de “abster-se de pressionar a Corte” durante os julgamentos, sob pena de prisão.

NOVA PRESIDÊNCIA

Fachin e Moraes convidam Lula para posse no STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), entregaram ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o convite para posse no comando na Corte, marcada para 29 de setembro.

O encontro presencial ocorreu no Palácio do Planalto. Os ministros também entregaram um convite ao vice-presidente, Geraldo Alckmin.

No mês passado, Fachin e Moraes foram eleitos pelo STF para ocuparem a presidência e a vice-presidência da Corte, respectivamente.

A votação foi feita de forma simbólica pelo plenário do Supremo. Atualmente, Fachin é o vice-presidente, e, pelo critério de antiguidade, deve assumir o cargo. Conforme o regimento interno, o tribunal deve ser comandado pelo ministro mais antigo que ainda não presidiu a Corte.

O novo presidente vai suceder a Luís Roberto Barroso, que completará o mandato de dois anos.

PERFIL

Indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff, Edson Fachin

tomou posse no Supremo em junho de 2015. O ministro nasceu em Rondonha (RS), mas fez carreira jurídica no Paraná, onde se formou em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No STF, foi relator das investigações da Operação Lava Jato, do processo sobre o marco temporal para demarcações de terras indígenas e do caso que ficou conhecido como ADPF das Favelas, ação na qual foram adotadas diversas medidas para diminuir a letalidade policial durante operações contra o tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Relator das ações penais da trama golpista, Alexandre de Moraes é formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O ministro foi empossado no cargo em março de 2017. Ele foi indicado pelo ex-presidente Michel Temer para suceder o ministro Teori Zavascki, falecido em um acidente de avião naquele ano.

Antes de chegar ao STF, Moraes também ocupou diversos cargos no governo de São Paulo, onde foi secretário de Segurança Pública e de Transportes. Ele também foi ministro da Justiça no governo Temer.

PROJETO DE LEI

Senado aprova pena maior a quem fornecer drogas a menores

O plenário do Senado aprovou ontem um projeto de lei que aumenta a pena para quem fornece drogas ou bebidas alcoólicas a crianças ou adolescentes. Pelo texto, a pena atual de detenção, que varia de dois a quatro anos, poderá ser aumentada de um terço até a metade caso a substância seja efetivamente consumida pela pessoa com menos de 18 anos. O PL 942/2024, oriundo da Câmara dos Deputados, onde também já foi aprovado, segue para a sanção do presidente da República, para entrar em vigor.

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê punição para a entrega desses produtos, independentemente do consumo. Com a mudança, proposta originalmente pela deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ), o juiz poderia aumentar a punição com base na intensidade do dano causado.

O aumento da pena pode ser aplicado a quem "ven-

der, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, bebida alcoólica ou outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica".

A proposta chegou ao Plenário do Senado após ter recebido parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

"Quanto menor a idade de início, legalizado ou não, maiores as possibilidades de o menor se tornar um usuário contumaz ou dependente ao longo da vida. Além disso, há o risco de ocorrência de acidentes de trânsito e traumatismos, homicídios, suicídios e acidentes com armas de fogo. O consumo antes dos 16 anos aumenta significativamente o risco de se beber em excesso na idade adulta, em ambos os sexos", argumentou a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), relatora do projeto na CDH.

GOLPISTAS

Senado deve 'congelar' anistia ampla se Câmara aprovar texto

GABRIEL HIRABAHASI/AE

A cúpula do Senado, comandada pelo presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deve deixar na gaveta um eventual projeto de anistia ampla para os réus e condenados pelo 8 de Janeiro que a Câmara dos Deputados pode aprovar, apurou o Estadão. O recado dado pela cúpula do Senado é que um texto polêmico como esse só pode avançar se houver um acordo prévio entre as duas Casas.

Alcolumbre incumbiu o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) de elaborar uma proposta de revisão de penas das pessoas que estiveram

nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A redação, no entanto, não mexerá nas penas dos sentenciados por, efetivamente, tramar um golpe de Estado, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto, o ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República Augusto Heleno e outros integrantes do núcleo central da trama golpista.

Esse texto passou a ser chamado de "anistia light". É rechaçado por bolsonaristas, que defendem uma anistia ampla que atenda também Jair Bolsonaro e o livre da condenação de 27

anos e três meses imposta pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal.

Regimentalmente, um projeto cuja tramitação se inicia pela Câmara dos Deputados precisa passar também pela votação do Senado. Se houver modificações, ele é devolvido aos deputados, que analisam se aceitam ou não as alterações feitas pelos senadores. Isso significa que cabe aos deputados a palavra final sobre o texto. Se a tramitação começar pelo Senado, a regra se inverte: cabe aos senadores a decisão final.

Na prática, se a Câmara aprovar um texto de anistia ampla, o que é visto com desconfiança, e

o Senado alterar para algo que atinja apenas os vândalos que depredaram as sedes dos Três Poderes, caberá à Câmara decidir se aceita a "versão light" ou se beneficiará Bolsonaro.

Por isso, a cúpula do Senado quer evitar discutir um eventual texto de anistia ampla que pode vir da Câmara, evitando que os deputados anulem as mudanças feitas pelos senadores e beneficiem o ex-presidente e seus aliados condenados pela tentativa de golpe de Estado. Além de Pacheco, ministros da Suprema Corte e aliados do governo também têm participado das discussões desse texto de redução de penas dos vândalos.

VOEPASS

MTE diz que cansaço da tripulação pode ter causado queda de avião

PAULA FERREIRA/AE

Uma auditoria feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontou que o cansaço da tripulação pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a queda do avião da Voepass, que matou 62 pessoas em agosto do ano passado em Vinhedo (SP). O MTE divulgou ontem, que a análise feita pela pasta incluiu as escalas de trabalho do piloto e do copiloto do avião entre os dias 1º de maio e 9 de agosto, quando a aeronave caiu.

A Voepass foi procurada pelo Estadão, mas não respondeu até a publicação desta reportagem.

"A conclusão foi que a empresa montou escalas que reduziram o tempo de descanso da tripulação, o que pode ter causado cansaço em um nível capaz de prejudicar a concentração e o tempo de reação dos profissionais. Esse fator, somado a outras possíveis causas, pode ter contribuído para o acidente com o voo 2283", disse o ministério.

O MTE verificou os horários de entrada e saída em hotéis para confirmar o período de descanso da tripulação. Nessa varredura, a pasta identificou a falta de controle efetivo da jornada de trabalho e descumprimento dos limites de jornada e perío-

dos mínimos de descanso.

Segundo o ministério, houve descumprimento da Lei dos Aeronautas e da convenção coletiva da categoria. Devido às irregularidades, a empresa foi alvo de 10 multas, que somam cerca de R\$ 730 mil. Além de ter sido notificada por não recolher mais de R\$ 1 milhão em FGTS de seus funcionários. Em abril, a Voepass entrou com um pedido de recuperação judicial declarando dívidas de R\$ 429 milhões. A empresa foi criada em 1995 quando ainda levava o nome de "Passaredo".

FALHAS DE SISTEMA

Um relatório do Centro Na-

cional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) indicou que, durante o voo, a aeronave modelo ATR-72 enfrentou condições meteorológicas propícias à formação de gelo, mas o sistema de degelo foi ligado e desligado repetidas vezes, indicando possível falha.

Foram registrados também alertas Cruise Speed Low (baixa velocidade de cruzeiro) e, posteriormente, Degraded Performance (performance degradada) - quando o avião encontra condições que reduzem sua capacidade de voo, como o acúmulo de gelo, que diminui a sustentação.

invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o auxílio do hacker Walter Delgatti Neto. O objetivo era emitir um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes. Em agosto, quando já estava detida na Itália, ela foi condenada mais uma vez pelo Supremo, por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. Às vésperas do segundo turno das eleições de 2022, Zambelli perseguiu um homem no bairro Jardins, em São Paulo, empunhando uma arma. Conforme mostrou o Estadão, seu processo de extradição pode durar de um ano e meio a dois anos. Em paralelo, o processo de cassação de seu mandato tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Nota

SENADORES VIAJAM À ITÁLIA PARA VISITAR A PISTOLEIRA CARLA ZAMBELLI

Os senadores Eduardo Girão (Novo-CE), Damares Alves (Republicanos-DF) e Magno Malta (PL-ES) viajam para a Itália hoje, onde irão visitar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). A parlamentar está presa desde julho no Complexo Penitenciário de Rebibbia, em Roma. De acordo com a assessoria de Girão, a "visita humanitária" tem como finalidade "acompanhar de perto sua situação e prestar solidariedade". O grupo retorna ao Brasil no domingo. Os senadores também planejam

- ◆ encontros com parlamentares italianos. A
- ◆ intenção, segundo comunicado, é promover

"interlocução com autoridades italianas competentes, reforçando a importância de que a deputada possa responder ao processo em liberdade". Segundo a assessoria, as despesas da viagem, como passagens e hospedagem, serão "integralmente custeadas" pelos três parlamentares, sem custos para o Senado Federal. A deputada Carla Zambelli aguarda a processo de extradição para o Brasil. No fim do mês passado, a Justiça da Itália decidiu mantê-la presa durante o trâmite. A defesa da deputada alegava questões de saúde e pedia que ela pudesse aguardar a decisão em liberdade. A parlamentar fugiu para a Europa após ser condenada a dez anos de prisão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por

